

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR NORDESTINO

SUPERVISED CURRICULAR STAGE II: EXPERIENCE REPORT ON HEALTH SURVEILLANCE OF A NORTHEAST MUNICIPALITY

DOI: 10.16891/2317-434X.v8.e1.a2020.pp388-394

Recebido em: 15.07.2019 | Aceito em: 05.12.2019

Samuel José Amaral de Jesus^a

Universidade Estadual de Feira de Santana^a
*E-mail: samueljoseamaral@gmail.com

RESUMO

O biomédico exerce um papel de suma importância no enfrentamento das situações de saúde, através do diagnóstico de diversas patologias, e também colabora à prevenção e tratamento com fins específicos. Entre as áreas de atuação ou habilitação profissional, a Saúde Pública e o Sanitarismo se destacam quanto ao papel da Vigilância em colaborar para a investigação de doenças e agravos, como também à qualidade dos produtos e serviços de saúde oferecidos para a população. Diante disso, a presente produção tem como objetivo relatar as experiências obtidas no Estágio Curricular Supervisionado II, do Curso de Bacharelado em Biomedicina, realizado no último período da graduação, na Secretaria de Saúde de um município do interior do Nordeste brasileiro, na área da Vigilância. A partir dos aspectos teóricos, aliados à prática adquirida ao longo das 500h do estágio, foi possível conhecer a realidade do município de atuação, bem como aprofundar-se quanto à atuação profissional em Saúde Pública, no que diz respeito às seções de Georreferenciamento, Sistemas de Notificações de Agravos, Laboratório de Análises Clínicas, e aos setores voltados à avaliação de produtos, alimentos e serviços, sob acompanhamento de profissionais das Ciências Biológicas e da Saúde, com a realização de investigações reais perante diversos usuários e instituições. Portanto, o estágio contribuiu para a aquisição de saberes e experiências, como para fortalecer o campo de atuação do biomédico, sendo sugerida a especificação da Epidemiologia enquanto área de atuação e habilitação, além da realização de eventos voltados para a consolidação da Biomedicina na Saúde Pública.

Palavras-chave: Saúde Pública; Epidemiologia; Vigilância Sanitária; Educação.

ABSTRACT

The biomedical plays an extremely important role in coping with health situations, through the diagnosis of various pathologies, and also contributes to prevention and treatment with specific purposes. Among the areas of expertise or professional qualification, Public Health and Sanitarism stand out as to the role of surveillance to collaborate in the investigation of diseases and diseases, as well as the quality of health products and services offered to the population. Given this, the present production aims to report the experiences obtained in the Supervised Curricular Internship II, of the Bachelor Degree Course in Biomedicine, held in the last period of graduation, in the Health Department of a municipality in the Northeast of Brazil, in the area of Surveillance. . From the theoretical aspects, allied to the practice acquired during the 500h of the internship, it was possible to know the reality of the municipality, as well as to deepen the professional practice in Public Health, with regard to the sections of Georeferencing, Systems Diseases Notification, Laboratory of Clinical Analysis, and the sectors focused on the evaluation of products, food and services, under the supervision of professionals from the Biological and Health Sciences, with the realization of real investigations before various users and institutions. Therefore, the internship contributed to the acquisition of knowledge and experiences, as well as to strengthen the field of action of the biomedical, being suggested the specification of Epidemiology as an area of expertise and qualification, in addition to holding events aimed at the consolidation of Biomedicine in Public Health.

Keywords: Public Health; Epidemiology; Health Surveillance; Education.

INTRODUÇÃO

As profissões da saúde provocam uma discussão tanto multi quanto interdisciplinar, pois envolvem diversos autores e temas que são fundamentais à formação e aplicação práticas, que podem ser adaptados para os diferentes contextos educacionais. Nesse cenário, o campo da Biomedicina se destaca por subsidiar o diagnóstico para as diversas patologias, contribuir para a prevenção e tratamento, com uma atuação ampla que concilia o ensino e a pesquisa. Assim, o biomédico se tornou um profissional apto para enfrentar as diversas situações observadas no cotidiano da saúde pública, podendo, inclusive, utilizar a Educação em Saúde como aliada à investigação epidemiológica e sanitária, bem como para a promoção da qualidade de vida. Trata-se de uma formação de nível superior que é reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde (Res. 287/98) e pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (2.212), com regulamentação pela Lei Federal nº. 6.684/1979, em consonância com a Lei nº. 7.017/1982 e o Decreto nº. 88.439/1983, este que aborda o exercício profissional (BRASIL, 1979, 1982, 1983; JESUS, 2015; CRBM1, 2017; POZZOBON, 2017).

Desse modo, o papel do biomédico é fundamental para atuar em uma realidade marcada por tantas dificuldades de acesso à saúde, pois mesmo o Sistema Único de Saúde (SUS) tendo sido criado para atender igualmente a toda a população, o país se depara com os constantes problemas de gestão e financiamento, cabendo aos Conselhos Profissionais zelar pelo cumprimento das normas que regem cada profissão, atendendo ao juramento que foi realizado na colação de grau. O país tem formado biomédicos capazes de exercer o seu ofício com eficiência, em suas diversas áreas de atuação, prontos para o debate, à pesquisa e à docência, capazes de interferir e transformar esta realidade de forma inovadora, legal, ética e em favor da saúde da população, a começar pelo desenvolvimento das habilidades sociais (CRBM1, 2019; JESUS, 2015, 2019).

De acordo com o Conselho Federal de Biomedicina (2019), o biomédico deve atuar mediante o reconhecimento de habilitação, com inscrição no seu respectivo Conselho Regional. Em consonância com as publicações vigentes, a atuação profissional abrange as seguintes áreas (habilitações): Patologia Clínica (Análises Clínicas), Parasitologia, Microbiologia, Imunologia, Hematologia, Bioquímica, Banco de Sangue, Docência e Pesquisa (Biofísica, Virologia, Fisiologia, Histologia Humana, Patologia, Embriologia, Psicobiologia), Saúde Pública, Imagenologia, Radiologia, Análises Bromatológicas, Microbiologia de Alimentos, Citologia,

Análise Ambiental, Acupuntura, Genética, Reprodução Humana, Biologia Molecular, Farmacologia, Informática de Saúde, Histotecnologia Clínica, Toxicologia, Sanitarista, Auditoria, Perfusão Extracorpórea, Biomedicina Estética, Monitoramento Neurofisiológico Transoperatório, Gestão das Tecnologias em Saúde, Fisiologia do Esporte e da Prática do Exercício Físico.

Entre as áreas supracitadas, neste contexto, destacam-se as habilitações de Saúde Pública e Sanitarista. Em relação à Saúde Pública, os biomédicos podem contribuir a partir do fornecimento de dados científicos que colaborem à cura e/ou prevenção de doenças e outros eventos adversos, em consonância com a Vigilância em Saúde, com o uso das tecnologias e adoção de ações que tragam melhorias para a comunidade, o que inclui a atuação na qualidade de pesquisadores, membros de colegiados, gestores e outros. Em suma, o biomédico que atua na área de Saúde Pública tem a propriedade de investigar as condições dos grupos populacionais específicos em seus aspectos socioeconômico, cultural, demográfico e, em especial, a nível epidemiológico, o que envolve a implementação de planos, programas, políticas e tecnologias, e o processo de trabalho em saúde, utilizando-se principalmente de dados da Estatística. Assim, o profissional dessa área encontra-se apto para colaborar ao equilíbrio e bem estar da população, no âmbito das Secretarias Municipais e Estaduais, ou no Ministério da Saúde, em consonância com a Resolução CFBM nº. 78/2002 (CRBM3, 2018; CRBM5, 2019).

No que diz respeito à habilitação de Sanitarista, o biomédico atua no mesmo campo que a Saúde Pública, com foco nos departamentos de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Zoonoses, observando-se a Resolução nº. 140/2007. Como diferencial, ela capacita para o desenvolvimento, a implementação e/ou gerenciamento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), o que pode envolver a atuação em equipes multiprofissionais. Isso demanda o estudo dos componentes curriculares referentes à Saúde Pública, desde a graduação, e/ou a atuação nos serviços de saúde sanitária, sob uma perspectiva ecossistêmica (CFBM, 2007; CRBM5, 2019), o que também é fundamental para a consolidação do SUS e à viabilização da Reforma Sanitária Brasileira.

Diante dos pressupostos elencados, esta produção tem como objetivo relatar a experiência adquirida pelo autor durante o segundo estágio do curso de Graduação em Biomedicina, realizado na Vigilância em Saúde de um município do interior do Nordeste brasileiro. Salientando que a instituição correspondente ao curso de graduação não se trata da instituição de ensino superior a que o mesmo encontra-se vinculado atualmente.

METODOLOGIA

O presente artigo condiz com uma pesquisa descritiva e relato de experiência. O estudo descritivo, na perspectiva de Gil (2010), apresenta as principais características de um fenômeno ou população mediante o uso de técnicas padronizadas, que possibilitam contemplar os aspectos que demandam investigação. O relato de experiência, por sua vez, é definido como uma reflexão que possa contribuir para o campo em que o pesquisador estiver atuando, sendo relativo ao que o mesmo observou e executou, o que demanda contextualização, adoção de objetivos, um referencial teórico preciso e condizente à área a ser relatada, além das diversas considerações e ponderações do autor.

Nesse cenário, é certo afirmar que o Estágio Supervisionado diz respeito a um instrumento pedagógico e didático, que permite ao aluno a imersão em situações concretas de aprendizagem, a partir dos pressupostos teóricos adquiridos na academia, em que a teoria e a prática se relacionam para a atuação do estagiário no contexto social em que se encontra inserido, em obediência aos aspectos que são inerentes à sua futura profissão. Essa tarefa possibilita ao educando adquirir habilidades e competências técnicas / profissionais, pessoais e integrativas, com mérito para o ingresso no mercado de trabalho (KATIELI; PAZ, 2012).

Como explicam Prodanov e Freitas (2013), trata-se de uma etapa obrigatória para os diversos cursos, que permite, inclusive, a vivência em situações reais de aprendizado e inserção profissional. Inclui, ao final, a produção de um relatório que conjunta as experiências do acadêmico, bem como as ações desenvolvidas, sugestões sobre o estágio, os resultados que foram alcançados, entre outras informações.

Portanto, este artigo diz respeito a um trabalho independente, do tipo relato de experiência, que envolveu as vivências obtidas pelo autor durante o Estágio Curricular Supervisionado II, do Curso de Bacharelado em Biomedicina, realizado no último semestre desse curso, no campo da Vigilância em Saúde, mais especificamente nos departamentos das Vigilâncias Epidemiológica e Sanitária. Esse estágio foi realizado no segundo semestre de 2015 e teve uma carga horária de 500h, sendo realizado na Secretaria de Saúde de um município do Nordeste do país, em cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso. Compreendeu discussões, pesquisas teóricas, atividades práticas (inspeções e uso dos sistemas de informação), especialmente junto aos profissionais atuantes.

Para a elaboração deste relato de experiência foram

utilizadas as principais observações realizadas durante o estágio, que também serviu de base à confecção do referido relatório, com foco nos diálogos, vivências e impressões do autor. Em cada setor, foram realizadas atividades que condiziam com o perfil de atuação do biomédico, como a Informática em Saúde, as análises clínico-laboratoriais, a inspeção sanitária etc. O estágio abrangeu os setores: Georreferenciamento, Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), e Laboratório (para a Vigilância Epidemiológica); Setor de Alimentos, Setor de Produtos, e Setor de Serviços de Saúde (para a Vigilância Sanitária). Essas seções e suas respectivas atividades serão detalhados no decorrer do manuscrito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do pressuposto de que a saúde é um dos direitos fundamentais do ser humano, e que a sua promoção é um dever estatal, é certo afirmar que as Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios atuam para o fortalecimento do SUS e para a garantia de uma atenção que seja integral às comunidades. Esse modelo de atenção se dá através de ações voltadas para a prevenção, assistência, promoção da saúde e reabilitação, cujas competências estão estabelecidas principalmente na Lei Orgânica da Saúde – LOS (BRASIL, 1990; CONASS, 2016).

Estágio na Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica (VIEP) é definida pela Lei nº. 8.080/1990, da seguinte forma: “conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva”, sendo que a sua finalidade é “recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (BRASIL, 1990). A nível estadual, colabora para detectar, organizar e assim responder aos eventos emergenciais da saúde pública, além de colaborar para reduzir ou prevenir doenças, apoiar na distribuição de insumos do Ministério da Saúde, e capacitar os seus profissionais para o subsídio dos municípios no controle das doenças e agravos nos seus territórios de atuação (SESAB, 2019b).

O primeiro setor do estágio foi o Georreferenciamento da Vigilância Epidemiológica. Consiste em uma técnica aprimorada para marcação dos locais que demandam o bloqueio em saúde. Isto é, executa-se o mapeamento da situação de saúde de um determinado território, a partir do conjunto de notificações que chegam à secretaria. Em seguida, para os bairros em que há um grande número de casos de determinada doença (ex.:

dengue, zika, febre amarela...), são planejadas e executadas as medidas de controle a nível focal, para diminuir a população de mosquitos, avaliar os fômites e outros focos de transmissão. Sendo assim, o município é analisado em consonância com os eventos que estão acontecendo em um determinado bairro, utilizando-se de abordagens espaciais e geoprocessamento de dados, contando, inclusive, com a construção de mapas temáticos (MARQUES, 2011). Por exemplo, esse setor tem sido fundamental para mapear os casos de dispersão do *Aedes aegypti* e controlar a proliferação dos mosquitos em pontos estratégicos, para eliminar os focos e reduzir o número de casos.

Nesse setor, foi possível analisar as Fichas de Notificação e mapear, em um sistema específico, os locais em que foram observados os registros da população. Em suma, contempla-se o número de casos por bairros e ruas, executando-se as referidas ações nos locais em que há incidências. Segundo Barcellos et al. (2008), os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) têm sido uma ferramenta de grande utilidade para a área de Saúde, pois permitem capturar, armazenar, manipular, selecionar e buscar informações, além de executar as análises e apresentação de dados, colaborando assim para a interpretação das ocorrências. Porém, vale salientar que são apresentados apenas os casos notificados pela população e que, com toda certeza, existem situações que não são apresentadas, o que impede a efetiva atuação das Secretarias em determinadas localidades, e mostra o quanto a participação da comunidade é importante nesse processo, pois é ela que realiza as denúncias que chegam até as unidades de saúde do município.

O segundo setor do departamento epidemiológico foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Este é definido como o sistema de processamento de dados, voltado para notificar e colaborar à investigação dos casos de doenças e agravos existentes na Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória (em conformidade com a Portaria de Consolidação nº. 4 de 2017), podendo incluir outros problemas de acordo com a realidade dos estados e municípios brasileiros. Assim, possibilita analisar ocorrências e realizar diagnósticos, além de indicar os riscos a que determinada população pode estar sujeita, bem como apresentar um mapeamento da realidade epidemiológica para determinada área geográfica, com destaque para os novos casos ou incidências de uma patologia ou agravo à saúde, e sua importância no planejamento e adoção de ações de impacto. Esses dados são alimentados pelos profissionais e, conseqüentemente, disponibilizados para a população, com destaque para os Boletins Epidemiológicos (BRASIL, 2019; LAGUARDIA et al., 2004).

A operação desses dados se dá mediante o

preenchimento das Fichas de Notificação e de Investigação. Durante o estágio, essas fichas advinham das diversas instituições de saúde do município (com destaque às Unidades Básicas de Saúde, que pertencem ao nível da Atenção Primária), sendo que a própria Secretaria também realiza algumas notificações. Assim, nos computadores desse setor existe o programa específico do SINAN, em que são cadastradas as principais informações observadas nessas fichas, através do preenchimento de formulários eletrônicos, que variam de acordo com a doença ou agravo. A organização segue o Calendário Epidemiológico, estruturado em Semanas Epidemiológicas, estas que seguem uma numeração consecutiva. Nesse contexto, observa-se a orientação de descentralização do Sistema Único de Saúde (Municípios – Estados – União), ressaltando que a ficha é individual para cada paciente, pois envolve a suspeita de algum problema de saúde que demanda notificação.

Todas as atividades desse setor seguem regulamentos que avaliam a periodicidade da inclusão das informações, padronizam o uso do sistema, seu fluxo, a coleta, com ênfase no repasse de recursos, entre outros atributos, tais como: a Portaria GM/MS nº. 47/2016 e a nº. 1.378/2013, além da Instrução Normativa nº. 02/2005. Durante o estágio, além do cadastramento dos pacientes e respectivas notificações, utilizando-se o sistema eletrônico, foi possível acompanhar o processo de produção do Boletim Epidemiológico, que é divulgado para a população através do site da Prefeitura, pois como explicam Maia et al. (2019, p. 02), “para que a vigilância epidemiológica seja efetiva, são necessárias informações acuradas e oportunas”. Essas informações, por sua vez, devem ser disponibilizadas para a comunidade, a fim de que a mesma se conscientize sobre a real situação de saúde que existe no contexto em que está inserida, e assim colabore para a promoção da saúde e da qualidade de vida, bem como para o enfrentamento das patologias e agravos relacionados.

O último setor do estágio em Vigilância Epidemiológica foi o Laboratório de Análises Clínicas, que está mais interligado ao campo de atuação do biomédico e aos estudos realizados durante a graduação. As atividades desse laboratório estão centradas na coleta de material biológico e no encaminhamento das amostras às instituições de saúde de referência (ex.: laboratórios centrais), estas que realizam a análise e encaminham de volta os resultados dos exames clínicos solicitados. Enquanto estagiário, foi possível acompanhar a coleta com a flebotomista (Técnica em Análises Clínicas), bem como alimentar o banco de dados com as informações de cada paciente, além de etiquetar os tubos de coleta e demais materiais, organizar a caixa de coleta e observar o seu encaminhamento pelo setor de transporte da unidade.

Salienta-se o papel do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), que é uma das maiores unidades de vigilância laboratorial do país, com classificação máxima de qualidade pelo Ministério da Saúde. Ele atua de forma transversal aos demais sistemas da Vigilância, para a realização de estudos, pesquisas e análises, com muitos laboratórios descentralizados. Salientando que outras instituições do município também influenciam nesse processo (SESAB, 2019a). Desse modo, as atividades no Laboratório estiveram mais voltadas para os aspectos pré-analíticos, não sendo possível realizar as análises propriamente ditas por conta da infraestrutura da instituição.

Ao término do estágio nesse setor, que finalizou a atuação no departamento de Vigilância Epidemiológica, iniciou-se a segunda etapa em um novo departamento, agora voltado para o Sanitarismo.

Estágio na Vigilância Sanitária

O estágio chegou à sua segunda fase: a Vigilância Sanitária (VISA). Trata-se de um espaço historicamente construído na Saúde Coletiva para integrar ações que regulam as atividades e ciclos de produção, bem como os produtos e serviços oferecidos à comunidade, que sejam de interesse da saúde, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Assim, o Estado controla a qualidade, a segurança e eficácia dos produtos e serviços do país. A instituição fiscalizadora é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que avalia laboratórios analíticos, cosméticos, alimentos, agrotóxicos, medicamentos, saneantes, materiais biológicos (sangue, tecidos, células e órgãos), serviços de saúde, entre outras atividades, tendo como finalidade a proteção em saúde para a comunidade através do controle a nível sanitário, com espaços de Ouvidoria para mediar os conflitos e promover soluções (SILVA; COSTA; LUCHESE, 2018; ANVISA, 2019).

O estágio na VISA ocorreu nos setores de Produtos, Serviços de Saúde e Alimentos. Seguiu o objetivo fundamental de “eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde inerentes à produção e ao uso de produtos e serviços de interesse da saúde ou às condições de seus ambientes” (SILVA; COSTA; LUCHESE, 2018, p. 1954). Foi possível notar que essa parte da Vigilância é a que mais observa os regulamentos, pois cada atividade encontra-se devidamente apresentada nas legislações vigentes no país, como na concessão das licenças sanitárias, registros e certificações, fiscalização de normas, recebimento de denúncias etc.

Aqui não cabe abordar cada setor separadamente, pois os mesmos são muito semelhantes, distinguindo apenas em relação às atividades e estabelecimentos a serem

supervisionados. Durante o estágio no Setor de Alimentos houve visitas a lanchonetes, armazéns e relacionados. O Setor de Produtos incluiu estabelecimentos farmacêuticos, lojas de cosméticos, higiene e perfumes (relacionados). Enquanto o Setor de Serviços incluiu estabelecimentos de assistência, como as clínicas.

Vale salientar que foi possível discutir com os profissionais sobre os itens investigados em cada setor, bem como acompanhá-los em algumas vistorias, nas diferentes empresas do município, para a liberação ou renovação do alvará, como também para a observação de aspectos apresentados pelos usuários através das denúncias anônimas (com destaque às condições higiênic-sanitárias), visto que a população é livre para expor as suas demandas e relatar os casos que podem conferir riscos à sua saúde como também à região em que os mesmos encontram-se inseridos.

Síntese dos Aprendizados

Em suma, foi possível contemplar as principais atividades realizadas pelos profissionais da Vigilância em Saúde e sentir-se como parte integrante do grupo de trabalhadores, ao ter a oportunidade de discutir as diversas questões propostas, acompanhar procedimentos, estar nas vistorias e outras ocasiões.

Destaca-se a confiança que a equipe de cada departamento depositou no estagiário, em especial na Vigilância Epidemiológica, onde houve maior liberdade para executar os procedimentos, como a alimentação dos bancos de dados, sendo que todas as tarefas executadas pelo estagiário foram observadas pelos profissionais e pela supervisora, esta que esteve sempre presente para acompanhar, esclarecer dúvidas e responsabilizar-se pelo acadêmico.

É claro que nos setores da parte sanitária a burocracia foi muito maior, pois o mesmo envolve o diálogo direto com o cliente, fato que não ocorre sempre com os setores epidemiológicos. Apesar disto, as duas Vigilâncias foram fundamentais para o aprendizado como para o fortalecimento do campo de formação e atuação, enquanto biomédico comprometido com a Saúde Pública e que atua pela transformação da sua realidade, principalmente por meio da publicação científica nos diferentes meios de comunicação.

CONCLUSÃO

A atuação do biomédico enquanto sanitarista e epidemiologista tem sido crescente nos serviços públicos do país, com destaque para a investigação de patologias e situações de saúde que trazem sérias repercussões sobre a

qualidade de vida da comunidade. Em suma, a formação desse profissional demanda alto rigor científico, bem como um perfil humanista e generalista, que permita ao mesmo executar suas atividades nos diferentes níveis de atenção à saúde, além de integrar-se a programas de manutenção, promoção, prevenção e recuperação, sob a ótica interdisciplinar, e respeitando os princípios éticos que são inerentes à profissão.

O Estágio Supervisionado II, realizado na Vigilância em Saúde, possibilitou contemplar e exercer as principais atividades dos departamentos de sanitário e epidemiologia, bem como colaborar à expansão do campo de atuação da Biomedicina. Foi possível observar o cenário de saúde a nível municipal, que serviu de base para a realização de pesquisas voltadas para outros âmbitos, de forma a colaborar ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde, e para o alcance de soluções para os diversos problemas enfrentados no país. Ressaltando que a atuação em equipe multiprofissional se torna um aspecto muito relevante nesta abordagem, pois a discussão com diferentes profissionais possibilitou a ampliação de saberes e a adoção de estratégias conjuntas para o enfrentamento no processo saúde-doença da população.

Propõe-se a inclusão do campo específico da Epidemiologia enquanto habilitação para o Biomédico que deseja focar a sua investigação nesse departamento, pois, mesmo tendo uma estreita ligação com o papel do Biomédico Sanitarista, nas Secretarias de Saúde são tratados como campos distintos. Por outro lado, sugere-se ainda a promoção de eventos que conscientizem pesquisadores, acadêmicos e profissionais da área sobre a atuação nos campos referidos neste artigo, com ênfase ao indispensável papel dessa profissão para a Saúde Pública como um todo.

Recomenda-se o artigo para os estudantes de Biomedicina, pesquisadores e profissionais da área, bem como para os que possuem interesse na temática. Que os aspectos aqui abordados sirvam como uma forma de encorajar a atuação dos mesmos na Vigilância em Saúde, como também para consolidar a importância do papel exercido pelo Biomédico Epidemiologista.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BARCELLOS, C. et al. Georreferenciamento de dados de saúde na escala submunicipal: algumas experiências no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 17, n. 01, p. 59-70, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº. 88.439, de 28 de junho de 1983. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Biomédico de acordo com a Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979 e de conformidade com a alteração estabelecida pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1983.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 6.684, de 3 de setembro de 1979. Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1979.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 7.017, de 30 de agosto de 1982. Dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina e de Biologia. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1979.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1990.

_____. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CFBM. Conselho Federal de Biomedicina. Disponível em: <https://cfbm.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Conselho Federal de Biomedicina. Resolução nº. 140, de 04 de abril de 2007. Dispõe sobre a atribuição do profissional Biomédico Sanitarista. Portal de Legislação. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/131927-biomedico-sanitaristadisposoe-sobre-a-atribuicao-do-profissional-biomedico-sanitarista.html>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Funcionamento da administração pública – Secretarias Estaduais de Saúde. Atualizado em: 04 mai. 2016. Disponível em: <https://www.conass.org.br/guiainformacao/funcionamento-da-administracao-publica-secretarias-estaduais-de-saude/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CRBM1. Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região. Manual do Biomédico: Edição digital – 1º semestre 2017. 2017. Disponível em: <https://crbm1.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/04/Manual-do-Biomedico-Edicao-digital-2017.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

_____. Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região. Revista do Biomédico, n. 123 (março/abril). 2019. Disponível em: https://crbm1.gov.br/site/wp-content/uploads/2019/05/RB_ed123.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

CRBM3. Conselho Regional de Biomedicina 3ª Região. Biomedicina atua diretamente na Saúde Pública. Publicado em: 13 nov. 2018. Disponível em: <http://www.crbm3.gov.br/biomedicina-atua-diretamente-na-saude-publica>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CRBM5. Conselho Regional de Biomedicina 5ª Região. Áreas de Atuação. Disponível em: <http://crbm5.gov.br/site/areas-de-atuacao/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, S. J. A. O Papel da Educação em Saúde Frente às Implicações da Atenção Básica: Do Profissional à Comunidade. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 2, n. 7, p. 1-9, 2015.

JESUS, S. J. A. Pedagogia Universitária e Prática Didática: Um Relato de Experiência. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 10, n. 01, p. 118-124, 2019.

KATIELI, B.; PAZ, D.M.T. Importância do Estágio Supervisionado para a Formação de Professores. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão (e outros). 17. 2012. Rio Grande do Sul: UNICRUZ, 2012.

LAGUARDIA, J. et al. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan): desafios no desenvolvimento de um sistema de informação em saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 13, n. 03, p. 135-147, 2004.

MAIA, D. A. B. et al. Avaliação da implantação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Pernambuco, 2014. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 28, n. 01, p. 1-13, 2019.

MARQUES, M. M. O uso do georreferenciamento como ferramenta de gestão na saúde pública: uma revisão de literatura. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). 2011. 52f. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Lagoa Santa, 2011.

POZZOBON, A. (Org.). Biomedicina na prática: da teoria à bancada. Lajeado: Ed. Da Univates, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SESAB. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Vigilância em Saúde: Laboratório Central de Saúde Pública. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/suvisa/lacen/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SESAB. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Vigilância em Saúde: Vigilância Epidemiológica. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/suvisa/vigilancia-epidemiologica/apresentacao/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SILVA, J. A. A.; COSTA, E. A.; LUCCHESI, G. SUS 30 anos: Vigilância Sanitária. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 06, p. 1953-1962, 2018.